

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO E ESTATUTOS DO SUPREMO CONSELHO GUARDIÃO

Ano: 2026

Emenda: 17

Página: E-SCG 7

Artigo: VII Seção: 1 Subseção:

ATUALMENTE LÊ-SE:

Seção 1. Deveres

- (a) Os deveres de Supremos Deputados e de Supremos Deputados Assistentes são os seguintes:
 - (1) Promover Bethéis em Jurisdições onde não exista Bethel.
 - (2) Promover novos Bethéis em jurisdições onde exista um ou mais Bethéis.
 - (3) Promover, em conformidade com a Suprema Lei, a organização de um GCG em jurisdições qualificadas.
 - (4) Promover, em conformidade com a Suprema lei, a formação de um CGJ em jurisdições onde quatro (4) ou mais Bethéis com Carta Constitutiva existam.
 - (5) Instituir Bethéis, quando requisitada(o) a fazê-lo pela Suprema Guardiã.
 - (6) Garantir que membros de CGBs sejam instalados de acordo com a Constituição e Estatuto da Ordem, o Manual de Regras e Regulamentos e Livros de Cerimônias do Supremo/Jurisdição e o Estatuto do Bethel.
 - (7) Instruir Bethéis após a instituição.
 - (8) Entregar Cartas Constitutivas.
 - (9) Inspeccionar as atas das reuniões de CGBs, Livros de Bethel, registros e Relatórios Anuais, imediatamente antes da visita oficial da Suprema Guardiã. Tempo suficiente deve ser agendado para a inspeção de forma que instrução e assistência sejam dadas e as correções feitas, se necessárias. Após constatar que os livros estão em ordem, a(o) Suprema(o) Deputada(o) ou Suprema(o) Deputada(o) Assistente, exceto quando a(o) Suprema(o) Deputada(o) Assistente é PGB ou PGAB do Bethel a ser inspecionado, deve assinar atestando sua condição. Os resultados da inspeção devem ser apresentados à Suprema Guardiã durante a visita oficial.
- (b) Quando autorizados pela Suprema Guardiã, os Supremos Deputados ou Supremos Deputados Assistentes podem emitir dispensas especiais em curto prazo quando necessário e notificar tal procedimento imediatamente à Suprema Guardiã. Taxas recolhidas devem ser enviadas para a(o) Gerente Executiva(o) (Vide POP-Bethel-18).
- (c) Supremos(as) Deputados(as) devem fazer relatórios de suas atividades e das condições dos Bethéis sob sua supervisão. Tais relatórios devem ser feitos dentro de trinta dias (30) após a visita.
 - (1) Uma cópia do relatório de despesas deve ser enviada à(o) Presidente do Comitê de Finanças.
 - (2) Cópias dos dois relatórios devem ser enviadas à Suprema Guardiã, Supremo Guardiã Associado, Vice-Suprema Guardiã, Suprema Guia e Suprema Dirigente de Cerimônias.
 - (3) Um relatório deve ser feito em 1º de Novembro e em 1º de Maio para as pessoas listadas no parágrafo anterior (2) caso nenhuma visita tenha sido feita.
- (d) Os Supremos Deputados ou Supremos Deputados Assistentes devem:
 - (1) Rever anualmente o Código Uniforme para Bethéis;
 - (2) Dentro de duas (2) semanas após esta revisão, o Relatório de Código Uniforme para Bethéis deve ser enviado a(o) Presidente de Jurisprudência.
- (e) Supremos Deputados Assistentes devem relatar suas atividades da mesma forma descrita em (c) acima, enviando o relatório citado a(o) Suprema(o) Deputada(o) em 1º de Outubro e 1º de Abril.
- (f) Quando Supremos Deputados Assistentes tiverem assumido os deveres de Supremos Deputados, eles devem enviar os relatórios para aqueles listados no item (c) acima.
- (g) Organizar, com a permissão da Suprema Guardiã e aprovação da(o) Presidente do Comitê de Finanças, uma reunião organizacional para averiguar e relatar em detalhes:
 - (1) Um censo de membros de Bethel em potencial.
 - (2) A disponibilidade de um local de reunião apropriado.

- (3) Apropriada e adequada supervisão de adultos.
- (4) Apoio de Lojas Maçônicas e organizações relacionadas com a Maçonaria. (As Filhas de Jó não requerem patrocínio destes corpos.)
- (h) Desde que aprovado pela Suprema Guardiã, o(a) Supremo(a) Deputado(a) pode nomear um comitê ou comitês para coordenar eventos ou projetos especiais dentro da jurisdição.
 - (1) Este comitê pode administrar fundos da jurisdição através de uma conta bancária separada com as exigências padrão para qualquer conta do Bethel.
 - (2) O nome da conta bancária deve incluir "Filhas de Jó Internacional" e o nome da jurisdição.
 - (3) O(a) Supremo(a) Deputado(a) e/ou um(a) Supremo(a) Deputado(a) Assistente será um dos que assinarão pela conta bancária.
 - (4) O(A) Supremo(a) Deputado(a) deverá prover um relatório desta conta anualmente para auditoria e relatório de conclusões para a Suprema Guardiã e para o(a) Gerente Executivo(a).
 - (5) Nos Estados Unidos, é exigido um número EIN para a conta deve ser criado junto à Receita Federal e arquivado com o(a) Gerente Executivo(a). Um formulário 990 deve ser preenchido anualmente com a Receita Federal.
 - (6) Em jurisdições com BSS, pessoas elegíveis para servir em um CGB podem ser nomeadas como membros de comitês.
 - (7) Contas bancárias criadas fora dos Estados Unidos deverão seguir normas locais para organizações sem fins lucrativos e tributações.
- (i) Com a aprovação da Suprema Guardiã, o(a) Supremo(a) Deputado(a) pode nomear um Comitê do Concurso, criando um Manual de Regras e Regulamentos para o estado, província, território, região ou país sob a Suprema Jurisdição para seleção de:
 - (1) Miss Filha de Jó [Jurisdição];
 - (2) Pequena Miss [Jurisdição];
 - (3) Miss Simpatia [Jurisdição];
 - (4) Coordenadora HIKE [Jurisdição], Coordenadora de Caridade [Jurisdição] ou Coordenadora de Filantropia [Jurisdição].

- ☐ **DELETAR**
- ☐ **ADICIONAR**
- ☒ **EMENDAR (Sublinhe todas as mudanças ou adições)**

COMO FICARÁ:

Seção 1. Deveres Bethéis sob o Supremo

- (a) Os deveres de Supremos Deputados e de Supremos Deputados Assistentes são os seguintes:
 - (1) Promover Bethéis em Jurisdições onde não exista Bethel.
 - (2) Promover novos Bethéis em jurisdições onde exista um ou mais Bethéis.
 - (3) Promover, em conformidade com a Suprema Lei, a organização de um GCG em jurisdições qualificadas.
 - (4) Promover, em conformidade com a Suprema lei, a formação de um CGJ em jurisdições onde quatro (4) ou mais Bethéis com Carta Constitutiva existam.
 - (5) Instituir Bethéis, quando requisitada(o) a fazê-lo pela Suprema Guardiã.
 - (6) Garantir que membros de CGBs sejam instalados de acordo com a Constituição e Estatuto da Ordem, o Manual de Regras e Regulamentos e Livros de Cerimônias do Supremo/Jurisdição e o Estatuto do Bethel.
 - (7) Instruir Bethéis após a instituição.
 - (8) Entregar Cartas Constitutivas.
 - (9) Inspeccionar as atas das reuniões de CGBs, Livros de Bethel, registros e Relatórios Anuais, imediatamente antes da visita oficial da Suprema Guardiã. Tempo suficiente deve ser agendado para a inspeção de forma que instrução e assistência sejam dadas e as correções feitas, se necessárias. Após

- constatar que os livros estão em ordem, a(o) Suprema(o) Deputada(o) ou Suprema(o) Deputada(o) Assistente, exceto quando a(o) Suprema(o) Deputada(o) Assistente é PGB ou PGAB do Bethel a ser inspecionado, deve assinar atestando sua condição. Os resultados da inspeção devem ser apresentados à Suprema Guardiã durante a visita oficial.
- (b) Quando autorizados pela Suprema Guardiã, os Supremos Deputados ou Supremos Deputados Assistentes podem emitir dispensas especiais em curto prazo quando necessário e notificar tal procedimento imediatamente à Suprema Guardiã. Taxas recolhidas devem ser enviadas para a(o) Gerente Executiva(o) (Vide POP-Bethel-18).
- (c) Supremos(as) Deputados(as) devem fazer relatórios de suas atividades e das condições dos Bethéis sob sua supervisão. Tais relatórios devem ser feitos dentro de trinta dias (30) após a visita.
- (1) Uma cópia do relatório de despesas deve ser enviada à(o) Presidente do Comitê de Finanças.
 - (2) Cópias dos dois relatórios devem ser enviadas à Suprema Guardiã, Supremo Guardiã Associado, Vice-Suprema Guardiã, Suprema Guia e Suprema Dirigente de Cerimônias.
 - (3) Um relatório deve ser feito em 1º de Novembro e em 1º de Maio para as pessoas listadas no parágrafo anterior (2) caso nenhuma visita tenha sido feita.
- (d) Os Supremos Deputados ou Supremos Deputados Assistentes devem:
- (1) Rever anualmente o Código Uniforme para Bethéis;
 - (2) Dentro de duas (2) semanas após esta revisão, o Relatório de Código Uniforme para Bethéis deve ser enviado a(o) Presidente de Jurisprudência.
- (e) Supremos Deputados Assistentes devem relatar suas atividades da mesma forma descrita em (c) acima, enviando o relatório citado a(o) Suprema(o) Deputada(o) em 1º de Outubro e 1º de Abril.
- (f) Quando Supremos Deputados Assistentes tiverem assumido os deveres de Supremos Deputados, eles devem enviar os relatórios para aqueles listados no item (c) acima.
- (g) Organizar, com a permissão da Suprema Guardiã e aprovação da(o) Presidente do Comitê de Finanças, uma reunião organizacional para averiguar e relatar em detalhes:
- (1) Um censo de membros de Bethel em potencial.
 - (2) A disponibilidade de um local de reunião apropriado.
 - (3) Apropriada e adequada supervisão de adultos.
 - (4) Apoio de Lojas Maçônicas e organizações relacionadas com a Maçonaria. (As Filhas de Jó não requerem patrocínio destes corpos.)
- (h) Desde que aprovado pela Suprema Guardiã, o(a) Supremo(a) Deputado(a) pode nomear um comitê ou comitês para coordenar eventos ou projetos especiais dentro da jurisdição.
- (1) Este comitê pode administrar fundos da jurisdição através de uma conta bancária separada com as exigências padrão para qualquer conta do Bethel.
 - (2) O nome da conta bancária deve incluir "Filhas de Jó Internacional" e o nome da jurisdição.
 - (3) O(a) Supremo(a) Deputado(a) e/ou um(a) Supremo(a) Deputado(a) Assistente será um dos que assinarão pela conta bancária.
 - (4) O(A) Supremo(a) Deputado(a) deverá prover um relatório desta conta anualmente para auditoria e relatório de conclusões para a Suprema Guardiã e para o(a) Gerente Executivo(a).
 - (5) Nos Estados Unidos, é exigido um número EIN para a conta deve ser criado junto à Receita Federal e arquivado com o(a) Gerente Executivo(a). Um formulário 990 deve ser preenchido anualmente com a Receita Federal.
 - (6) Em jurisdições com BSS, pessoas elegíveis para servir em um CGB podem ser nomeadas como membros de comitês.
 - (7) Contas bancárias criadas fora dos Estados Unidos deverão seguir normas locais para organizações sem fins lucrativos e tributações.
- (i) Com a aprovação da Suprema Guardiã, o(a) Supremo(a) Deputado(a) pode nomear um Comitê do Concurso, criando um Manual de Regras e Regulamentos para o estado, província, território, região ou país sob a Suprema Jurisdição para seleção de:
- (1) Miss Filha de Jó [Jurisdição];
 - (5) Pequena Miss [Jurisdição];
 - (6) Miss Simpatia [Jurisdição];
 - (7) Coordenadora HIKE [Jurisdição], Coordenadora de Caridade [Jurisdição] ou Coordenadora de Filantropia

[Jurisdição].

RAZÕES PARA A MUDANÇA:

Atualizar para esclarecer que as responsabilidades de uma Suprema Deputada ou de uma Deputada Assistente para Bethéis subordinados diretamente ao Supremo Conselho Guardião são diferentes das responsabilidades de uma Suprema Deputada designada para um Conselho Guardião Jurisdicional (CGJ) ou um Grande Conselho Guardião (GCG)

ENVIADA POR:

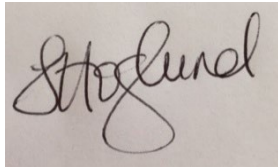
Beatriz Vichiatto, PGG MG; Jamie Yeadon, PGG IN; Leslie Hoglund, PGG VA; Kenneth Bright, PAGG DelMar; Michael Allen, PASG, PAGG WI; Brent Warwick, PAGG NE; Brian Dimatteo, PAGG MN



Beatriz Vichiatto
Vice Supreme Guardian, PGG of MG



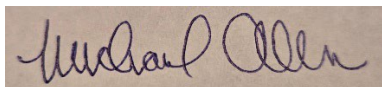
Jamie Yeadon
Supreme Guide, PGG of Indiana



Leslie Hoglund, PGG of Virginia



Kenneth A. Bright
Associate Supreme Guardian, PAGG of DelMar



Michael Allen
Vice Associate Supreme Guardian, PAGG of Wisconsin



Brent E. Warwick
Supreme Inner Guard, PAGG of Nebraska

A handwritten signature in black ink on a light pink background. The signature is written in a cursive style, starting with a large 'B', followed by 'i', 'n', 'K', and then a series of loops and a long horizontal stroke at the end.

Brian Dimatteo
Supreme Outer Guard, PAGG of Minnesota

